

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de setembro de 2020 às 08h26
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Direitos Autorais

A função social do direito de autor e a cobrança pela obra musical	3
---	----------

MARCO ANTÔNIO DOS ANJOS

Exame.com | BR

Patentes

Patente sugere que Samsung está interessada em smartphones transparentes	5
---	----------

TECNOLOGIA | RODRIGO LOUREIRO

09 de setembro de 2020 | Pirataria

Após prisões, pirataria sofre queda impressionante na internet	6
---	----------

TECNOLOGIA | TAMIRES VITORIO

O Globo Online | BR

09 de setembro de 2020 | Arbitragem e Mediação

'Lei na Austrália pode ter repercussão global', diz representante de TVs sobre cobrança de Google e Facebook por notícias	7
--	----------

ECONOMIA | SÉRGIO MATSUURA

Blog Ad Lab - Uol | BR

Pirataria

Brand Safety Officer: programa forma especialistas em segurança de marca nos EUA	10
---	-----------

Lauro Jardim - O Globo Online | BR

Marco regulatório | INPI

WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'	12
--	-----------

Migalhas | BR

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

MIGALHAS nº 4.932	17
--------------------------------	-----------

A função social do direito de autor e a cobrança pela obra musical



Marco Antonio dos Anjos. FOTO: DIVULGAÇÃO

Há alguns dias a Câmara dos Deputados aprovou requerimento para que o Projeto de Lei 3.968/1997 passe a tramitar em regime de urgência, conferindo preferência a ele. Esse Projeto, proposto pelo Deputado Serafim Venzon, tem o objetivo de alterar a legislação autoral para isentar os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de **direitos** autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos. A justificativa estaria no fato de que os criadores das obras têm situação muito favorável, pois seus direitos perduram durante toda a vida e a dispensa do pagamento seria um pequeno retorno dado pelos autores em razão da proteção vitalícia que recebem do Estado.

A análise da referida isenção está dentro de um tema amplo que é o da chamada função social do Direito de Autor. O ponto principal tem origem na Constituição da República, que assegura o direito de propriedade das pessoas, mas impõe que ele exerça uma função social, ou seja, de alguma forma contribua com a sociedade. Tendo em vista que os direitos dos criadores

intelectuais sobre as suas obras também têm natureza de propriedade, a função social deve ser exercida.

O assunto gera polêmicas porque se discute se a lei brasileira sobre essa atividade intelectual (Lei 9.610/1998) já atende ao mandamento constitucional ou se as limitações aos **direitos** autorais devem ser ampliadas, principalmente em prol dos direitos à educação e à cultura, tão importantes em qualquer país.

A Lei 9.610/1998 já prevê hipóteses em que não se considera ofensa aos **direitos** autorais, como a citação de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, ou a feitura de paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito. No tocante ao Projeto 3.968/1997 a pergunta que surge é se as limitações ali descritas se justificam.

O autor muitas vezes depende dos ganhos obtidos em suas obras e, como qualquer trabalhador, o dinheiro que auferir vem de seu esforço pessoal. Assim, a ampliação de hipóteses em que **direitos** autorais não serão pagos tem que ser vista com bastante cautela, sob pena de desestimular a atividade criativa, o que, em vez de fomentar a educação e a cultura, acaba sendo uma causa de sua redução a longo prazo.

Além disso, o fato de atividades gratuitas usarem músicas não significa necessariamente que os respectivos organizadores ou outros trabalhadores não sejam remunerados. Os ganhos podem ser diretos ou até mesmo, indiretos.

Um exemplo é a organização de carnaval popular por municípios. Não se nega a relevância do carnaval para os costumes brasileiros e a importância do oferecimento de uma festa sem cobrança de ingressos a quem possivelmente não tenha recursos para viajar ou frequentar bailes em clubes. O que deve ser ob-

Continuação: A função social do direito de autor e a cobrança pela obra musical

servado é que todas as pessoas que trabalhem nesses eventos serão remuneradas, como pessoal da limpeza, da segurança e do comércio que ali se instale, porém, os autores que criaram as músicas, estas que são a razão de ser do carnaval, não teriam ganhos pela utilização das obras. Isso seria incoerente e injusto, um verdadeiro desprestígio à produção musical.

Além de se tratar de proposta que pode desestimular a produção musical, atribuir regime de urgência ao Projeto de Lei 3.968/1997 não foi a melhor decisão, pois

veio em um momento de pandemia e recessão, que se mostra inadequado para a realização de maiores e imprescindíveis debates na sociedade.

***Marco Antonio dos Anjos** é Doutor em Direito Civil pela USP e professor universitário.

Continuar lendo Marco Antonio dos Anjos*

Patente sugere que Samsung está interessada em smartphones transparentes

TECNOLOGIA



No fim de agosto, a fabricante sul-coreana registrou uma **patente** para o uso de telas que utilizam esta tecnologia

A Samsung **registrou** patente para o uso de tecnologia que permite telas transparentes em smartphones (Andrew Kelly/Reuters)

A **Samsung** pode apostar em **smartphones** transparentes em um futuro não tão distante. No fim de agosto, a fabricante sul-coreana teve uma **patente** registrada para o uso da tecnologia que pode fazer com que os novos dispositivos tenham design totalmente diferente dos aparelhos atuais.

A **patente** da Samsung foi registrada em janeiro deste ano junto ao Escritório de **Patentes** e **Marcas** Registradas dos Estados Unidos (Uspto) e ao Escritório Mundial de Propriedade Intelectual (Wipo). A publicação do registro ocorreu somente no dia 27 de agosto.

De acordo com os documentos registrados, a tecnologia é baseada na utilização de um display OLED equipada com um painel de exibição luminoso transparente. O uso desses componentes permite que o conteúdo possa ser exibido na tela do aparelho, mes-

mo que ela seja transparente e não espelhada.

Outro ponto descrito na patente é que a tela utilizada para tornar o smartphone transparente também pode ser flexível, algo que já está sendo explorado por diferentes fabricantes de celulares. A Samsung, inclusive, já lançou alguns smartphones dobráveis, como o Galaxy Z Fold, por exemplo.

Com base nos detalhes da patente, o site **LetsGoDigital B>**, em colaboração com o designer Giuseppe Spinelli, criou uma série de modelos renderizados que mostram um pouco do que a Samsung pensa para seus próximos aparelhos. As imagens desta reportagem são apenas parte de um conceito especulativo.

Designer renderizou um modelo de smartphone com tela transparente de acordo com a patente registrada pela Samsung

Designer renderizou um modelo de smartphone com tela transparente de acordo com a patente registrada pela Samsung (Giuseppe Spinelli/LetsGoDigital/Redução)

A Samsung ainda não manifestou qualquer intenção recente de produzir um smartphone transparente. Em 2015, a companhia chegou a apresentar um conceito de tela transparente em um evento de tecnologia. Mas foi só. É importante destacar que muitas empresas registram **patentes** de novas tecnologias apenas para impedir que concorrentes diretas utilizem essas inovações em seus produtos.

Rodrigo Loureiro

Após prisões, pirataria sofre queda impressionante na internet

TECNOLOGIA



Publicação de itens pirateados caiu em 91% após a prisão de três membros de um grupo americano de piratas

Após prisões, filmes piratas têm queda impressionante na internet (JGI/Jamie Grill/Getty Images)

O número de arquivos pirateados na internet caiu drasticamente após a prisão de membros do grupo de piratas americano *Sparks*. Segundo o site de notícias > **Torrentfreak**, houve uma queda dramática de 91% em uploads de conteúdo pirateado em todas as categorias, como jogos, filmes e e-books. Antes das prisões, que aconteceram no final de agosto, somente no dia 19 foram realizados **1.944** novos lançamentos de produtos pirateados. Depois que os três membros foram presos, no entanto, o número **caiu** para 168 itens em um dia.

Se geralmente a **pirataria** é rápida na recuperação, o mesmo não aconteceu desta vez. Isso porque outros grupos piratas podem estar preocupados com as prisões que têm acontecido principalmente em países da Europa. O *Sparks* supostamente faz parte de uma comunidade ainda maior chamada de *The Scene*, que teme que as prisões podem ser apenas o começo de uma guerra contra os conteúdos piratas na web. No

dia primeiro de setembro, a comunidade afirmou que 29 sites haviam sido derrubados.

TECNOLOGIA Amazon Prime Channels chega ao Brasil com canais ao vivo; veja valoresquery_builder 2 set 2020 - 18h09

Segundo um estudo realizado pela consultoria britânica MUSO, o Brasil era o quarto país que mais consumia **pirataria** em 2018, atrás somente dos Estados Unidos, da Rússia e da Índia. À época foram observadas mais de 300 bilhões de visitas a sites piratas no mundo todo.

Em 2015 aconteceu no Brasil a prisão dos responsáveis por um dos maiores sites de **pirataria** do país, o Mega Filmes HD. Segundo a Polícia Federal os donos do site que publicava filmes, séries e animes pirateados lucravam cerca de 70 mil reais por mês à época.

Tamires Vitorio

'Lei na Austrália pode ter repercussão global', diz representante de TVs sobre cobrança de Google e Facebook por notícias

ECONOMIA

RIO - A Austrália está perto de se tornar o primeiro país a editar uma lei que fortalece as empresas de jornalismo nas negociações com Google e Facebook .

Em abril deste ano, o governo pediu à Comissão Australiana da Concorrência e do Consumidor (ACCC, na sigla em inglês) a elaboração de um projeto, que . Preocupadas, as duas gigantes da tecnologia reagiram, e o na rede social.

Para Bridget Fair, diretora executiva da Free TV, associação que reúne emissoras de TV comerciais na AUstrália, essa reação reforça a necessidade de uma legislação sobre o tema, que pode influenciar discussões em andamento em vários países no mundo.

Por que o governo da Austrália pediu a criação desta lei?

A legislação chega após um processo de quase dois anos do nosso órgão regulador da competição (ACCC), que avaliou o impacto de plataformas digitais, como Google e Facebook, na indústria do jornalismo. A conclusão foi que essas empresas concentram enorme poder de mercado e são parceiras de negócios praticamente inalcançáveis.

Cerco se fecha:

Como resultado, a ACCC recomendou a criação de um código para governar as negociações entre as partes. Foi assim que chegamos neste ponto. Originalmente, o código seria voluntário, mas foi reconhecido que não havia progresso dessa forma. Então, o governo decidiu que seria necessário implementar alguns dispositivos obrigatórios para garantir resultados comerciais reais.

Então houve negociação. Por que elas não foram

bem-sucedidas?

Existiam negociações, mas o sentimento geral era de que elas eram muito insatisfatórias, porque você nunca pode se afastar das conversas. Você precisa dessa gente para alcançar a sua audiência. Se a sua negociação com o Google não está indo bem, não existe um concorrente do Google que você possa procurar para buscar um acordo e inserir tensão competitiva nas discussões.

O sentimento era que, apesar de haver negociações, não havia ímpeto, ou obrigação, por parte do Google e do Facebook para negociar de boa-fé, porque eles concentram muito poder de mercado. Eu percebi que nós não podemos viver sem eles, mas que eles também querem o nosso conteúdo, por que isso agrega valor para as plataformas digitais.

Entrevista:

Existe alguma estimativa de quanto Google e Facebook terão que pagar?

Ainda é muito cedo para colocar um número. O que está sendo criada é uma estrutura de negociação e uma maneira de resolver impasses. Então, se a negociação não estiver avançando, será possível acionar uma **arbitragem**. Cada parte fará sua oferta final, e esse árbitro, ou painel de árbitros, vai decidir qual é a mais adequada.

Quais os próximos passos para aprovação da lei?

Nós apresentamos comentários ao rascunho apresentado e o governo vai avaliar se incorpora ou não essas sugestões. A partir daí, o governo apresenta o projeto ao Parlamento, para aprovar a legislação. A intenção é fazer isso até o fim do ano, o que é um pra-

Continuação: 'Lei na Austrália pode ter repercussão global', diz representante de TVs sobre cobrança de Google e Facebook por notícias

zo muito ambicioso, particularmente por causa da Covid-19.

Suspensão:

Existem chances de o projeto não passar pelo Parlamento?

Chances sempre existem, mas os dois maiores partidos, do governo e da oposição, já indicaram que apoiam, em princípio, o que foi apresentado.

O que a senhora acha da ameaça do Facebook de proibir o compartilhamento de notícias?

O Facebook demonstrou exatamente por que o código é necessário. Na realidade, o que eles disseram foi: Olha, nós vamos retirar a sua capacidade de alcançar a sua audiência pela nossa plataforma. Eles demonstraram o tipo de poder de monopólio que exercem.

E o que o Google disse?

O Google criou uma grande campanha para chamar a atenção dos seus usuários, incluindo um link para uma carta aberta na página de buscas e no YouTube, e se engajou diretamente com parlamentares. O seu foco tem sido, principalmente, . Eles enfatizaram, por exemplo, que o código requer que eles exponham seu algoritmo, o que não é correto.

Pela primeira vez:

Com a lei, quais serão os direitos das empresas de jornalismo?

Elas terão o direito de entrar em negociação com as plataformas digitais, com um prazo definido. Se esse prazo expirar, as empresas poderão requerer que a matéria seja enviada a um árbitro. Então, elas ganharão o direito de alcançar um acordo comercial, mesmo que uma das partes não concorde com ele.

Todas as empresas podem participar?

Existem alguns requisitos. Por exemplo, existe uma exigência financeira, que a empresa tenha faturamento mínimo de AU\$ 150 mil anuais. E a intenção é realmente reforçar a produção de jornalismo de qualidade que tenha impacto no processo democrático, em vez de entretenimento, esportes e outros segmentos do noticiário. Então, existem exclusões. Mas muitas empresas pequenas, que não se encaixem no escopo da lei, podem se reunir para negociar coletivamente.

Na pandemia:

Listar empresas de jornalismo confiáveis pode ajudar os anunciantes a decidirem onde publicar seus anúncios?

Essas empresas poderão contatar diretamente os anunciantes, sem passar necessariamente pelo Google, mas o código não trata especificamente desse tema. Nós temos um processo separado, sobre transparência na tecnologia de publicidade, mas o debate ainda está no início.

E quais serão as obrigações de Google e Facebook?

O ponto central é que eles serão obrigados a engajar em negociações de boa-fé com as empresas de jornalismo da Austrália, e a submeter o processo a uma **arbitragem** nos casos em que um acordo comercial não for alcançado. Outro ponto importante é que eles serão obrigados a informar os dados que eles coletam dos leitores.

Existe alguma razão para a Austrália ser pioneira nesse tipo de legislação?

Eu acho que o nosso governo está cada vez mais preocupado com a proliferação de notícias falsas e com a possibilidade de atores externos corromperem as informações consumidas pelos australianos. Então, o governo se comprometeu a apoiar as fontes con-

Continuação: 'Lei na Austrália pode ter repercussão global', diz representante de TVs sobre cobrança de Google e Facebook por notícias

fiáveis de notícias, porque está interessado em garantir que tenhamos uma democracia saudável.

A experiência australiana pode guiar outros países para o mesmo caminho?

Existe uma preocupação global com o poder que essas companhias têm e o impacto delas sobre nossas democracias, nossos governos e nossos estilos de vida. Estou certa de que todo mundo está procurando uma solução e que todos observarão de perto se essa lei vai funcionar aqui na Austrália.

Privacidade:

E é claro que as big techs estão muito preocupadas com as ramificações internacionais. Essa é uma das principais razões para elas despejarem recursos significativos no combate a essa legislação aqui na Austrália. Não é porque a Austrália seja o mercado mais importante, mas porque elas sabem que essa lei pode ter repercussão ao redor do mundo caso seja bem-sucedida.

Fortalecer a indústria do jornalismo é uma forma de combater as notícias falsas?

Eu acho que é importante fazermos de tudo para mantermos fortalecidas as fontes confiáveis de notícias. Então, qualquer ação que reforçe a posição comercial dessas empresas, que seguem padrões editoriais e investem na apuração de informações, pode ajudar no combate às fake news.

Analítico:

E isso fortalece a democracia?

Eu realmente acredito que garantir fontes confiáveis de informações está diretamente relacionado com o fortalecimento da democracia, porque a democracia se baseia em cidadãos informados, capazes de fazer escolhas na hora do voto. E essa informação precisa ser real, confiável, com base em fatos.

Brand Safety Officer: programa forma especialistas em segurança de marca nos EUA

Quando o Bank of America anunciou a criação do cargo de Brand Safety Officer (diretor de segurança de marca) em 2018, deixou explícita a preocupação do mercado com conteúdos impróprios crescentes na rede que ameaçam a imagem da marca. Hoje, o desafio de anunciantes no ambiente digital é ainda maior, e a função ganha formação especializada. Desde maio, o Brand Safety Institute (BSI), entidade do mercado publicitário dos EUA, oferece um programa de educação em segurança de marca.

Seus dez módulos demonstram que o assunto tem uma complexidade muito maior do que apenas olhar para o risco de associar o anúncio a um site nocivo. Há outras ameaças e questões a serem tratadas: fraude, **pirataria** com apoio de publicidade, malware no ecossistema de publicidade digital, adjacência e reputação da marca, verificação e visibilidade, parcerias com veículos, qualidade do anúncio e experiência do cliente.

"A questão do brand safety está mudando mais rápido do que nunca, à medida que eventos globais forcem as empresas a reavaliar suas políticas, parceiros e práticas para salvaguardar suas cadeias de suprimentos e proteger suas reputações", disse Neal Thurman, cofundador da BSI no lançamento do curso.

Joshua Lowcock, brand safety officer na Universal McCann Worldwide, para quem existe uma necessidade das empresas de tratar o assunto em nível executivo, "A compra de mídia geralmente foca na eficiência, que é um fator de alcance e preço, e a segurança da marca pode se perder nessa conversa. Portanto, um brand safety officer se torna aquela bússola

moral em uma organização que pode dizer que o preço pode ser ótimo, mas em termos de segurança e as implicações que isso tem para a sociedade, talvez eu não devesse comprar essa mídia ou de um parceiro de mídia."

Traçando uma linha do tempo, a ocasião em que o Bank of America criou sua diretoria de brand safety marcou um momento em que contextos impróprios deixaram oficialmente de ser vistos como apenas os relacionados a pornografia e atividades ilícitas, e **passaram** a incluir os sites de ódio e fake news que se multiplicavam.

Foi quando surgiram os primeiros boicotes de marcas a plataformas como YouTube por divulgar conteúdos extremistas, e escândalos como o Cambridge Analytica, de vazamento de dados de Facebook, vinham à tona. Antes disso, as ad fraudes já desviavam bilhões de dólares de investimento em mídia.

De lá para cá, a onda de conteúdos tóxicos para marcas só se avolumou. E um **cenário** de novas regras sobre privacidade de dados em vigor na Europa e EUA adiciona um outro componente desafiador à segurança das marcas: o cuidado com os dados pessoais dos consumidores.

"Conforme penso sobre a evolução da segurança da marca e o que virá a seguir, **fico** cada vez mais preocupada com a coleta de dados como as próximas preocupações de brand safety", disse Joshua em painel do BSI sobre a função do brand safety officer. "Não é apenas sobre verificar onde seus anúncios estão. É também saber: qual fornecedor eu usei? Eu verifiquei seus dados? É igualmente representativo e

Continuação: Brand Safety Officer: programa forma especialistas em segurança de marca nos EUA

proporcionalmente representativo da população? É coletado de forma transparente e justa?", considera.

Além disso, os riscos para o brand safety podem ainda estar em diversos pontos de contato entre marcas e pessoas, ao longo da sua jornada de consumo, o que

torna o tema ainda mais relevante. "Onde quer que você esteja na cadeia de suprimentos, é necessário ter uma compreensão do panorama da segurança da marca e da indústria como um todo", diz Christine Desrosiers, brand safety officer do BSI.

WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'



O WhatsApp enviou uma notificação extrajudicial para a Botpag, uma fintech de parcelamento de IPVA e contas de consumo, por uso indevido da marca do aplicativo. A Botpag tenta registrar no **INPI** os nomes Whatsbank e Whatspag, que inclusive já está sendo usado em suas redes sociais.

O aplicativo de mensagens apresentou oposição ao pedido de registro dos dois nomes "para preservar seus direitos". Segundo a defesa do WhatsApp, o prefixo Whats é uma das denominações pelas quais o recurso é popularmente conhecido no Brasil e o aplicativo não quer que os consumidores sejam levados a crer que os serviços da Botpag são oferecidos, patrocinados ou respaldados por ele.

Na notificação, as advogadas de marca do WhatsApp no Brasil pedem que a Botpag desista dos pedidos de registro das marcas com prefixo "whats"; pare de usar a marca whatsapp em sites, redes sociais ou qualquer tipo de conteúdo; e escolha uma nova marca que não se pareça com a do aplicativo de mensagens. A ideia é resolver a disputa de forma amigável, sem precisar ir à Justiça.



Continuação: WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'



Lauro Jardim



Athon Moura

Continuação: WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'



Gabriel Mascarenhas



Marta Szpacenkopf

Continuação: WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'



Aplicativo do WhatsApp em smartphone



Autor: Lauro Jardim



Autor: Lauro Jardim

Continuação: WhatsApp notifica empresa de pagamentos digitais por uso do prefixo 'whats'



Autor: Lauro Jardim

MIGALHAS nº 4.932

Terça-Feira, 8 de setembro de 2020 - Migalhas nº 4.932.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Costa e Rocha Soares Advogados

()

"Passam-se os séculos, os homens, as repúblicas, as paixões; a história faz-se dia por dia, folha a folha; as obras humanas alteram-se, corrompem-se, modificam-se, transformam-se."

Machado de Assis

Passando o bastão

Amanhã é o último dia do ministro Toffoli na presidência do STF. Na quinta-feira, Fux toma posse; ministra Rosa Weber será a vice-presidente. ()

Mas antes...

Antes de desocupar a cadeira da presidência, o ministro capitaneia uma última sessão de julgamentos no plenário do STF. Em pauta estão processos que discutem a obrigatoriedade de a União apresentar cálculo em processos em que é ré; leis que alteraram valores das custas judiciais e ICMS no comércio de energia elétrica. ()

Plenário virtual

Já em plenário virtual, os ministros julgam, até a próxima segunda-feira, mais de 200 processos. Dentre eles, destacam-se: portaria interministerial sobre trabalho análogo à escravidão e normas que garantem local de trabalho aos membros do MP/PR semelhante ao dos juízes. ()

Saudações migalheiras

Ministro Toffoli é daqueles que sabem analisar as circunstâncias, reconhecendo e aceitando o interlocutor que está diante de si na mesa. Toffoli não quis mudar o país, mesmo porque essa não é a função do presidente do STF. O que o ministro Toffoli fez, quer nos parecer, foi garantir que a instituição que presidia fosse - o que de fato foi - o esteio do Estado Democrático de Direito. O ministro foi mal compreendido muitas vezes. Mas é coisa natural para quem age prevendo movimentos. Todavia, entendia-se logo que S. Exa. já tinha antevisto algo. Errou algumas vezes? Talvez, nem sempre se acerta. Mas o saldo é largamente positivo. Foi pego por uma pandemia, e rapidamente adaptou o Tribunal, que não parou. Frise-se, não parou, servindo de exemplo para todo o Judiciário. A história e o distanciamento do tempo poderão ser julgadores melhores deste biênio. O que nos afigura, no entanto, é que o ministro Toffoli foi o presidente do STF ideal para o momento exato. Por tudo isso, respeitadamente cumprimentamos o ministro pelo exitoso mandato à frente da Suprema Corte brasileira. (Compartilhe)

De volta à pauta

Ministro Gilmar Mendes autorizou o CNMP a julgar processos administrativos contra o procurador Deltan Dallagnol. Ao liberar as ações, o ministro afirmou que "o não julgamento de um réu eventualmente culpado configura situação mais grave do que o julgamento e a absolvição de um réu eventualmente inocente". O julgamento está ocorrendo neste momento. E talvez quando você, migalheiro, estiver lendo esta nota, ele já deve ter se encerrado. ()

Posicionamento

A "força-tarefa Lava Jato do PR" (instituição paralegal) saiu em defesa de Dallagnol. Segundo nota dos procuradores, o ministro, ao liberar o julgamento, desconsiderou os riscos que a decisão re-

presenta "aos princípios do devido processo legal, de vedação de dupla punição e de violação da liberdade de expressão". ()

Celetista ou estatutário?

O plenário do STF julgou constitucional a contratação sob o regime da CLT em conselhos profissionais. Por 7x4, os ministros entenderam que exigir a submissão do quadro de pessoal dos conselhos profissionais ao "regime jurídico único" atrairia uma série de consequências que atuariam de forma desfavorável à independência e funcionamento desses entes. ()

Celetista ou estatutário? - II

Discussão semelhante foi retomada pelos ministros do Supremo. O plenário analisa a reforma administrativa de 1998 que excluiu a possibilidade do regime jurídico único. ()

Súmula vinculante

Ministro Fux pediu vista em julgamento do plenário virtual para aprovar súmula vinculante sobre fixação de regime aberto e substituição por restritiva de direitos. A proposta foi sugerida pelo ministro Toffoli com a seguinte redação: "É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição por restritiva de direitos, quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º da Lei 11.343/03) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP)." ()

Retenção de ISS

Com placar empatado em 3x3, ministro Gilmar Mendes pediu vista no processo que discute a retenção de ISS de prestador de serviço não estabelecido no município. O debate é centrado em dispositivo da lei paulistana 13.701/03, no qual o município de SP estabeleceu a obrigação de cadastramento na Secretaria Municipal de Finanças de contribuinte

submetido a imposição tributária de outra municipalidade, com ônus tributário em caso de descumprida a obrigação de fazer. Confira as teses propostas - do relator Marco Aurélio e da divergência inaugurada por Alexandre de Moraes, .

Plano de saúde

Em julgamento no plenário virtual, ministro Alexandre de Moraes pediu vista em caso sobre a aplicação da nova lei de plano de saúde aos contratos anteriormente firmados. Antes do pedido, ministro Lewandowski, relator, propôs tese no sentido de que a norma não se aplica aos beneficiários que, exercendo sua autonomia de vontade, optaram por manter os planos antigos inalterados. ()

Preso fugitivo - Crime

Por maioria, ministros do STF decidiram que sem nexo causal, Estado não é responsável por preso que fugiu de presídio e cometeu latrocínio. O voto condutor foi proposto pela divergência de Alexandre de Moraes. O placar foi de 7 a 3. Veja a tese fixada. ()

Recuperação judicial

STF vai analisar se empresas estatais podem se submeter ao regime da lei de falências. A matéria será discutida no RE 1.249.945, que teve a repercussão geral reconhecida. ()

Novo Apoiador

Costa e Rocha Soares Advogados surgiu da visão empreendedora de Alexandre Augusto Rocha Soares e Fernando Costa Santos Bezerra, procuradores do Estado de Sergipe, que identificaram uma oportunidade para o desenvolvimento de soluções jurídicas completas e inovadoras para seus clientes nas áreas Cível, Tributária e Empresarial. Com esse espírito inovador, o escritório, sediado em Aracaju, presta serviços também em SP e PE, sempre com qualidade e foco nas necessidades dos clientes. e conheça o no-

vo Apoiador do Migalhas.

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Alteração de horário

Atendendo a determinação do CNJ, a Corte ban-deirante mudou o horário de sessão virtual de jul-gamentos, do período da manhã para o início da tarde, de forma a permitir a participação do de-sembargador Carlos Alberto Lopes, da 18ª câmara de Direito Privado. Consta nos autos que o de-sembargador tem 72 anos e que em virtude de dificuldades tecnológicas e inaptidão motora, so-licitou auxílio de funcionários da Corte, que iniciam as atividades presencialmente a partir das 13 horas . ()

Dívida de alimentos - Prisão

A 4ª turma do STJ revogou a prisão civil de um de-vedor de alimentos, em caso no qual a obrigação ali-mentar, indenizatória, foi imposta em decorrência de ato ilícito. Para os ministros, a única hipótese de pri-são por dívida admitida no ordenamento jurídico brasileiro é aquela relacionada à pensão alimentícia com origem no Direito de Família. ()

Marca

A 1ª turma do TRF da 3ª região determinou que o **INPI** proceda ao registro da marca "São Lourenço da Serra", constando em apostila a ausência de ex-clusividade do elemento nominativo. O caso contou com a participação de Newton Silveira, Wilson Sil-veira e Associados - Advogados que atuou por uma empresa de envasamento de água mineral . ()

Atraso na entrega de imóvel

Construtora é condenada a pagar multa por atraso na entrega de imóvel, bem como arcar com todas as des-

pesas relativas ao imóvel (IPTU, água, energia etc.) até a efetiva entrega das chaves ao proprietário. De-cisão é do juízo da 1ª vara Cível de São Cristóvão/SE, em causa patrocinada pelo escritório Costa e Rocha Soares Advogados. ()

Multa do Procon - Nulidade

É nula multa do Procon com base em lei estadual in-constitucional, decide Justiça de SC ao extinguir exe-cução fiscal contra instituição financeira. O advogado Bruno Cavarge (Coelho & Morello Ad-vogados Associados) representa a autora. ()

Doença ocupacional - Comprovação

Trabalhador que não comprovou ter doença ocu-pacional não será reintegrado e nem indenizado pela empresa. A empresa foi defendida pela advogada Do-mênica Marques da Silva de Oliveira, do escritório Albuquerque Melo Advogados. ()

Acusação de furto - Danos morais

Empresa deve pagar R\$ 10 mil de indenização a tra-balhador por acusá-lo indevidamente de furtar di-nheiro. A 17ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que reconheceu a rescisão indireta do con-trato de trabalho, sob o argumento de que acusar o colaborador de cometer crime é ato capaz de lesar a boa honra do funcionário. ()

E-mail bloqueado

A Microsoft, proprietária do Hotmail, indenizará ad-vogada por ter bloqueado o acesso dela a sua conta de e-mail. O e-mail havia sido bloqueado porque a ti-tularidade da conta não estava sendo verificada cor-retamente. ()

Migas

1 - STJ - Garantia fiduciária dada sem autorização de companheiro durante união estável é parcialmente

nula. () 2 - STJ - Faculdade indenizará por protestar letra de câmbio sem aceite de ex-aluna. () 3 - STJ: É possível embargos de terceiro contra penhora de imóvel ainda não entregue pela construtora. () 4 - STJ - Ministro Og assegura indenização para servidora que teve dedos amputados. () 5 - STJ - Cerceamento de defesa em PAD não impede prescrição em ação de reintegração a cargo público. () 6 - TJ/SP - Desembargador do TJ/SP permite que advogado execute honorários de forma autônoma. () 7 - TJ/MG nega à loja das Casas Bahia redução ou isenção de aluguel durante a pandemia. () 8 - TRT da 2ª região - Nutricionista que prestava consultoria não consegue vínculo empregatício com entidade beneficente. () 9 - SP - Cláusula de plano de saúde empresarial que reajustou valor em 50% é abusiva. ()

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Colunas

German Report

Na coluna de hoje, Karina Nunes Fritz traz polêmica decisão do Tribunal Constitucional alemão que condenou por furto duas estudantes que pegaram alimentos de container de lixo de supermercado. ()

Direito Privado no Common Law

A indenização pelo dano-morte para além dos limites compensatórios da civil law é o tema abordado pelo professor Nelson Rosendal. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

"A responsabilidade civil, o custo do dinheiro e o tempo do processo" é o texto do professor Wagner

Inácio Freitas Dias que trata do efeito da corrosão deletéria do quantum indenizatório/compensatório. ()

Aborto

Promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior fala do aborto proveniente do estupro. ()

Migalhas

O lugar para ver e ser visto é aqui !

Migalhas de peso

Constituição - Ferramenta de trabalho

No terceiro texto da trilogia sobre a Constituição como ferramenta de trabalho, Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo (Moraes Pitombo Advogados) destaca: "Jovens superam os velhos quando se aprimoram na técnica e inovam na aplicação da Constituição. Velhos advogados devem ser resistentes à efêmera aura de sucesso, para manterem-se rígidos no aprendizado das teorias jurídicas e filosóficas, com o fim de criar novas formas de pensar, escrever e falar em favor da proteção dos direitos individuais." ()

Contribuição previdenciária

STF reconhece caráter infraconstitucional da incidência da contribuição previdenciária sobre horas extras e adicionais. A matéria em questão é analisada pelas advogadas Cristiane I. Matsumoto, Mariana Monte Alegre de Paiva e Nayanni Enelly Vieira Jorge, do escritório Pinheiro Neto Advogados. ()

Seguros

O advogado Felipe Bastos, do escritório Veirano Advogados, examina o que são contratos de seguros para cobertura de grandes riscos no mercado securitário, no vernáculo próprio da atividade eco-

nômica desenvolvida por seus agentes e percorre o conceito de seguros de grandes riscos no direito comparado, com ênfase nas normas vigentes na União Europeia e seus reflexos. ()

Penhora online

O CNJ lançou o Sisbajud para localização e bloqueio de ativos de devedores com dívidas reconhecidas na Justiça. Conforme mostra Izabela Rücker Curi Bertoncello (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica), a nova ferramenta promete aumentar a confiança no Judiciário e reduzir a insegurança jurídica ligada ao risco dos negócios. "Hoje, investir no Brasil é muito ruim, pois a maioria das aplicações depende de cobrar dívidas." ()

Relações de consumo - Cias aéreas

O advogado Léo Rosenbaum, do escritório Rosenbaum Advogados Associados, trata dos problemas comuns entre cias aéreas e passageiros e ressalta que "por mais que seja compreensível o atual cenário e seus efeitos na economia, o mínimo que as empresas aéreas devem fazer é prestar a assistência necessária para o lado mais vulnerável da relação". ()

Zoneamento urbano

O advogado Pedro Gallotti, do Escritório Professor René Dotti, tece comentários sobre a nova lei de zoneamento de Curitiba e o projeto do "Vale do Pinhão", que nasceu como programa municipal para agregar iniciativas privadas inovadoras. Confira! ()

Redução de salário

Cláudio Araujo Santos dos Santos, em coautoria com o professor Ricardo Calcini, da empresa Ricardo Calcini | Cursos e Treinamentos, discorre acerca da problemática envolvendo a aplicação da redução salarial para os empregados enquadrados na exceção do artigo 62 da CLT que, por força da lei, es-

tão excluídos do controle formal da jornada de trabalho. ()

Democracia - Processo civil

O advogado Scilio Faver (Vieira de Castro, Mansur & Faver Advogados) apresenta a relevância do texto atual do CPC para fortalecimento dos preceitos democráticos. O artigo traz para o protagonismo do processo civil democrático a preocupação com a fundamentação das decisões judiciais concebendo a jurisdição como resultado do efetivo contraditório. ()

ICMS na base do PIS/Cofins

Muito se tem discutido sobre o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e Cofins. Josias Pereira Rosa, advogado tributarista em Curitiba/PR demonstra que atualmente é o ICMS destacado na nota que compõe a base de cálculo desses tributos. ()

Comparamos seu precatório!

precatórios.migalhas.com.br

WhatsApp Migalhas

Receba notícias direto no seu celular.

para se cadastrar.

Webinar - Faça com Migalhas!

Não perca a chance de realizar seu evento virtual com o Migalhas. Organização, pontualidade e debates de alto nível. Confira o que já rolou e faça seu webinar conosco. ()

Sorteio especial - Theotonio Negrão

Chegaram as tão aguardadas edições 2020 dos consagrados "Código Civil e Legislação Civil em Vigor" (Saraiva Jur - 38ª edição - 2.352p.) e "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor" (Sa-

raiva Jur - 51ª edição - 2.344p.), de Theotonio Negrão e atualizadas por José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli e João Francisco N. da Fonseca, mantendo a essência de obras que se destacam pelos minuciosos comentários artigo por artigo, acrescidos de conteúdo doutrinário, as principais decisões de tribunais e referências a outros artigos e leis. Participe do sorteio e tenha a chance de receber em casa esse clássico! O combo é presente dos atualizadores. ()

Comemoração

Escritório CMMM - Carmona Maya, Martins e Medeiros Advogados completa hoje 11 anos. Na ocasião da primeira década, Migalhas conversou com os fundadores sobre a consolidação da banca (). A todos os envolvidos, nosso abraço migalheiro!

Baú migalheiro

Em 8 de setembro de 1551, há 469 anos, foi fundada a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. O nome da cidade se deu em memória da vitória em uma grande batalha comandada pelo donatário da capitania, Vasco Fernandes Coutinho, contra os índios goitacases. A cidade foi se formando nas partes altas, o que deu origem a diversas ruas estreitas. A parte baixa ficou exposta a ataques e, por isso, foram construídos vários fortes na beira do mar. (Compartilhe)

Migalhíssimas

Hoje, às 20h, no Facebook do Escritório Nacional da Advocacia Negra, live com Leonardo Sica, diretor do M133, sobre "Prisão preventiva e superpopulação carcerária". Serão discutidas diversas iniciativas para enfrentar o problema, desde a lei 12.403/2011, passando pela ADPF 347 no STF em 2015, até a "lei anticrime" em 2019. E porque essas medidas não funcionaram diante da preferência dos juízes pela prisão () Especialista em Direito do Trânsito, o advogado Márcio Dias é o convidado da live que Ana Tereza Basílio, vice-presidente da OAB/RJ e sócia de Ba-

sílio Advogados, realiza hoje, às 19h, pelo Instagram. O tema do encontro é "A atuação da advocacia no Direito de Trânsito perante os órgãos administrativos". O jurista Lenio Streck, membro da Comissão de Direito Constitucional do IAB, fará palestra "A importância da educação, ciência e tecnologia para um projeto de desenvolvimento", hoje, às 17h, no canal TVIAB no YouTube. Ele participará do webinar "Papo com o IAB" sobre "Temas de Direito Constitucional e de defesa do estado democrático", que será aberto pela presidente nacional do IAB, Rita Cortez. () Letícia S. Baddauy (L. Baddauy Advocacia) participa do "II Congresso Paranaense do Direito do Agronegócio", realizado pela OAB Londrina/PR. Amanhã, ela será debatedora no painel "Agronegócio e sua relevância para o Brasil". Na ocasião serão palestrantes a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e a presidente da Sociedade Rural Brasileira, Teresa Vendramini (). No dia 10/9, ela profere a palestra "Governança na Fazenda" (). Amanhã, às 10h, Fábio Medina Osório (Medina Osório Advogados) participa do seminário digital "Self-Report na Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais", promovido pelo MPF (Procuradoria de SP) e pela Escola da AGU (PRU da 3ª região). O debate será com Márcio Rafael Silva Laeber, procurador do Banco Central. A **mediação** será da procuradora Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula. Haverá transmissão ao vivo pelo canal do MPF/SP no YouTube, . Informações, . Amanhã, às 10h, acontece o "Warm-Up HardTalk Patologias na **Arbitragem**" com os debatedores Carlos Carmona (Marques Rosado, Toledo Cesar & Carmona Advogados), Selma Lemes, Pedro Batista Martins e José Emilio Nunes Pinto. () Raphael Miranda Advogados promove o webinar "Infraestrutura: questões atuais", dia 10/9, às 18h. Para o debate, o escritório convidou Alessandro Octaviani, Cristina Mastrobuono, Eliane Lustosa e Rodrigo Otaviano Vilaça. A **mediação** caberá aos sócios da banca, Lúiza Bartolo e Victor Willcox. Na pauta do encontro, projetos relevantes em discussão e em que medidas as iniciativas públicas e privadas podem e devem se unir, avaliação, também, dos pontos de atenção em

um possível litígio entre as partes desses vultosos projetos e os métodos mais adequados para a resolução de disputas. Inscrições, "As perspectivas de um Acordo de Livre Comércio entre a Coreia do Sul e o Mercosul" é o tema do seminário que o Consulado Geral da República da Coreia em São Paulo promove, dia 10/9, a partir das 13h30, no Hotel Tivoli Mofarrej, em SP, com transmissão pelo canal do YouTube do Consulado (). O evento tem a coordenação do Ibmecc e da OKTA São Paulo (Overseas Korean Traders Association) e o apoio da banca Lee, Brock, Camargo Advogados (LBCA), da Comissão Especial de Relações Internacionais da OAB/SP e do Instituto do Capitalismo Humanista. () De 21 a 24/9, Luciana Munhoz e Thais Maia, colunistas de "Migalhas Bioéticas", promovem a websérie "Prática jurídica em Biodireito". O evento, online e gratuito, abordará a atuação no ramo do Biodireito e Saúde, demonstrando como é a prática do profissional do Direito nesta esfera. () O CPA - Curso Prático de **Arbitragem** e o CBMA - Centro Brasileiro de **Mediação** e **Arbitragem** realizam, a partir de 5/10, o "Curso Prático de **Arbitragem** Esportiva". A coordenação é de Joaquim de Paiva Muniz, do escritório Trench Rossi Watanabe. () O advogado Luciano Andrade Pinheiro, sócio do Corrêa da Veiga Advogados, participou ontem da live promovida pela ANDD sobre a regulamentação das apostas esportivas no Brasil e a manipulação de resultados. () O escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados foi mais uma vez considerado um dos líderes na área de **Propriedade** Intelectual de acordo com o guia "Chambers Latin America 2021". Os sócios **Luiz** Edgard Montauray Pimenta e Eduardo Machado também foram destaque na publicação pelo notável desempenho nas suas respectivas áreas de atuação. Pinheiro Neto Advogados lidera o guia "Chambers Latin America 2021" em todas as métricas comparativas. Teve o maior número de áreas reconhecidas (23) e práticas Band 1 (13), além do maior número de reconhecimentos individuais totais (67), dentre os quais 12 Band 1, um Eminent Practitioner e um Star Individual. Também celebra as novas Band 1: Capital Markets e Real Estate. Os

resultados apresentados pela publicação Chambers and Partners são baseados em extensa pesquisa com escritórios e clientes de 20 regiões da América Latina. Gaia Silva Gaede Advogados divulgou informativo explicando o novo programa especial de parcelamento de créditos tributários autorizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária para o Estado do RJ. () Leonardo Magalhães Avelar e Matheus Leite (Cascione Pulino Boulos Advogados) monitoram semanalmente a pauta de julgamentos do STF em matérias de Direito Penal e Processo Penal, via "Observatório do Direito Penal". para verificar a agenda da semana na Suprema Corte, com destaque para julgamentos dos seguintes temas: aplicação de minorante da lei de tóxicos; ilegalidade de prisão cautelar. Em razão da aprovação da LGPD, a Fundação Procon-SP, por meio da EPDC, elaborou material para esclarecer a população acerca dos principais temas da nova lei. O diretor da EPDC, Marcus Vinicius Pujol, e a economista e advogada, Elaine Keller (Keller Sociedade | Advocacia) gravaram vídeos onde explicam como a lei deverá ser aplicada, quais seus conceitos básicos, punições previstas e a importância da proteção dos dados pessoais dos cidadãos nos dias atuais. Os vídeos, produzidos em linguagem didática e simples para atingir o máximo de pessoas possível, estão disponíveis no canal do Procon/SP no YouTube por meio de uma playlist (). Os temas foram divididos em "Proteção de Dados", "Tratamento de Dados", "Dados Sensíveis" e "Controlador, Operador e Encarregado".

Novidades

O advogado Clèmerson Merlin Clève (Clèmerson Merlin Clève - Advogados Associados) participa da obra "Uma Vida Dedicada ao Direito: Estudos em Homenagem a Roberto Rosas" em homenagem ao advogado Roberto Rosas (Rosas Advogados). Clève integra o grupo de juristas autores assinando um dos artigos. O livro conta com a coordenação dos professores Arruda Alvim, Eduardo Arruda Alvim e Flávio Galdino, e acaba de ser lançada pela editora GZ. () Aproveite o super desconto que a Editora Mizuno

preparou para você no "Kit Perícias 2". A seleção de livros engloba um guia prático para elaboração de laudos periciais e um título de perícias judiciais, ambos sobre medicina do trabalho. Garanta já o seu! () Thomson Reuters - Revista dos Tribunais lança este mês a obra "A Prova em Processo Civil", de Miguel Teixeira de Sousa. O livro aborda os aspectos fundamentais da prova e do raciocínio probatório. Confira. () Acaba de ser lançado o livro "A Nova Lei de Abuso de Autoridade", coordenado por Maria Odete Duque Bertasi, Gabriel Marciliano Júnior e Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa, com prefácio de Ivette Senise Ferreira, e coautoria de Antônio Ruiz filho (Ruiz Filho Advogados).

Crescimento sustentável

O CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados realiza hoje, às 18h, o "ConexãoCESA", com a economista Maria Silvia Bastos Marques, presidente do Conselho Deliberativo da Goldman Sachs no Brasil, que falará sobre "Agenda para o crescimento sustentável". A abertura será feita pelo presidente do CESA, Carlos José Santos da Silva (Cajé), e terá a moderação de Gustavo Brigagão e Luciana Tornovsky. Participe pelo Zoom e faça interação com a convidada (). O encontro também será transmitido pelo canal do CESA no YouTube ().

Fórum de Direito e Economia

As Escolas de Direito da Fundação Getúlio Vargas - FGV Direito SP e FGV Direito Rio -, em parceria com a Universidade de Chicago, realizarão o Fórum de Direito e Economia, ciclo de palestras gratuitas e online, com a finalidade de introduzir a audiência aos mais atualizados estudos sobre leis e questões políticas. O primeiro assunto será "Direito, Tecnologia e Concorrência". Hoje, às 17h, Randal Picker, professor da Universidade de Chicago, tratará sobre a concorrência e o poder de mercado das plataformas digitais. Os interessados em participar, devem fazer a inscrição. Após o cadastro, receberão o link do evento por e-mail. Todas as palestras serão ministradas

em inglês. ()

Programas de compliance

Dando continuidade às séries de warm up da Fenalaw, o próximo episódio acontece amanhã, às 19h. Três grandes nomes estarão reunidos: Alexandre A. de Almeida, Head of Legal e Compliance na CATHO, Denise Iwakura, Compliance Officer na SAP, e Gustavo Biagioli, Chief Compliance Officer & Legal Director no Demarest Advogados, para debater o tema "A Sobrevivência dos Programas de Compliance na Pandemia e suas Novas Configurações". ()

Controladoria jurídica

Dias 10 e 11/9, das 9 às 17h, acontece a 49ª edição do "Curso On-line Completo de Controladoria Jurídica", realizado pela Radar - Gestão para Advogados e ministrado por Samantha Albini. Implante ou aprimore a Controladoria com quem é pioneira e maior referência no assunto. ()

Departamento Jurídico - Prerrogativas

AASP promove dia 10/9, às 10h, o webinar gratuito "Departamento Jurídico de empresas e prerrogativas". Participam do evento: Rodrigo Cesar Nabuco de Araujo, Filipe Magliareli, Fernando de Moraes Pousada, Marja Ozolins dos Santos e Paula Lima Hyppolito Oliveira (mediadora). O webinar vai discutir a incidência das prerrogativas profissionais dos advogados na área jurídica das empresas, em especial no departamento penal. ()

SYNERGY Brasil 2020

A Thomson Reuters Brasil promove nos dias 23 e 24/9 o evento "SYNERGY Brasil 2020", trazendo líderes e especialistas para discutir sobre tendências, desafios e novidades tecnológicas do mercado. ()

Lives

Juliana Pacheco, consultora em gestão legal há 19 anos e fundadora do BuscaJur, iniciou no dia 1º/9 uma série de lives no Instagram (@buscajur), nas quais entrevista os anunciantes sobre suas soluções ofertadas ao mercado jurídico. As próximas lives já estão agendadas. Confira. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas também é cultura!

Monteiro Lobato | Joaquim Manuel de Macedo | Padre Antônio Vieira | Luís Roberto Barroso | Joaquim Nabuco | Paulo Bomfim | Lima Barreto | Olavo Bilac | Bernardo Guimarães | Camilo Castelo Branco | Aluísio Azevedo | Bastos Tigre | Rui Barbosa | Machado de Assis | Euclides da Cunha | Eça de Queirós | José de Alencar

e acesse mais títulos

Mural Migalhas

Veja abaixo as cidades carentes de profissionais:

AP/Amapá

MG/Itapagipe

MT/Nova Canaã do Norte

PA/Óbidos

PR/Tapira

SP/Monte Alegre do Sul

Cadastre-se como um Correspondente Migalhas. ()

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Trump War Chest Of Over \$1 Billion Is Dwindling Fast"

The Washington Post - EUA

"Taylor case led to rare spotlight"

Le Monde - França

"Covid: l'Espagne sous le choc de la deuxième vague"

Corriere Della Sera - Itália

"Virus, ecco il piano segreto"

Le Figaro - França

"Dangereux engrenage entre Pékin et Washington"

Clarín - Argentina

"Los vecinos impirieron que Báez entrara al country y debió regresar a la cárcel"

El País - Espanha

"Mi error fue ser leal a miserables como Jorge, Rajoy o Cospedal"

Público - Portugal

"Críticas a negócio do Novo Banco omitidas ao Fundo de Resolução"

Die Welt - Alemanha

"Führende Oppositionelle in Weißrussland wird vermisst"

The Guardian - Inglaterra

"Brussels' collapsing trust in PM revealed in leaked EU documents"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Faturamento de empresas do RS com capital aberto cai 17% "

"Governo quer militares na Amazônia até o fim de 2022"

O Povo - Ceará

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Capitão Wagner tem apoio de bolsonaristas e tucanos"

"Atividade de nenhum país voltou a nível pré-pandemia"

Jornal do Commercio - Pernambuco

O Globo - Rio de Janeiro

"Ibope: para 83% dos brasileiros, todos têm o dever de usar máscara"

Estado de Minas - Minas Gerais

"Auxílio pela metade vira sufoco em dobro"

Correio Braziliense - Brasília

"STF vê judicialização da reforma administrativa"

Zero Hora - Porto Alegre

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Marcas
5

Patentes
5

Pirataria
6, 10

Arbitragem e Mediação
7, 17

Marco regulatório | INPI
12, 17

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta
17

Propriedade Intelectual
17